

Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas

Jóvenes negras, alumnas de cuota y quilombolas en la Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividad y prácticas pedagógicas

Taís Gabriela de Souza Fogaça
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Candiba/Brasil
Domingos Rodrigues da Trindade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Guanambi/Brasil

Resumo

O debate sobre a inserção de jovens negros/as ao ensino superior precisa ser cada vez mais intensificado no Brasil. Nesse sentido, busca-se, neste artigo, construir uma reflexão a partir das falas de oito jovens mulheres negras quilombolas estudantes dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Enfermagem do Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). O estudo foi de abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista semiestruturada. Os dados apontam que as jovens buscaram se inserir no espaço universitário, mas ainda há muitas barreiras a serem vencidas, como a falta de representatividade de professores/as negros/as; mais discussões acerca da temática étnico-racial em sala de aula; estabelecimento de vínculo entre a universidade e a comunidade quilombola; mais políticas afirmativas no âmbito universitário e ampliação das políticas estudantis.

Palavras-chave: Jovens negras quilombolas; Ensino superior; Práticas educativas.

Resumen

El debate sobre la inserción de jóvenes negros y negras en la educación superior debe intensificarse cada vez más en Brasil. En este sentido, este artículo busca construir una reflexión a partir de los discursos de ocho jóvenes negras quilombolas estudiantes de cursos de Pedagogía, Física. Educación y Enfermería en el Campus XII de la Universidad Estatal de Bahía (Uneb). El estudio tuvo un enfoque cualitativo, utilizando una entrevista semiestruturada. Los datos indican que las jóvenes buscaron ingresar al espacio universitario, pero aún quedan muchas barreras por superar, como la falta de representación de los/las docentes negros/negras; más discusiones sobre el tema étnico-racial en el aula; establecimiento de vínculos entre la universidad y la comunidad quilombola; políticas más afirmativas a nivel universitario y expansión de las políticas estudiantile

Palabras clave: Jóvenes quilombolas negras; Educación superior; Práticas educativas.

Introdução

As políticas de cotas têm sido um importante mecanismo para o acesso de negros e negras quilombolas às universidades públicas brasileiras. A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) é uma das universidades brasileiras pioneiras em adotar as políticas de cotas em seus vestibulares, tendo avanços significativos, nos últimos anos, com ampliação do sistema de cotas, possibilitando o acesso ao ensino superior, principalmente, aos que são excluídos e marginalizados em uma sociedade tão desigual e estigmatizada. Por ser uma universidade multicampi, com campus em quase todos os territórios baianos, os jovens veem os diversos campi da Uneb como oportunidade de acessar ao ensino superior, a exemplo do *Campus XII*, situado no município de Guanambi, que recebe estudantes do Território de Identidade Sertão Produtivo, Território da Bacia do Paramirim, Velho Chico e, até mesmo, de outros estados brasileiros.

Sendo estudante não cotista e professor do curso de Pedagogia do Campus XII da Uneb, observamos a chegada de estudantes cotistas ao referido Campus. Nesse processo, despertou em nós a curiosidade de pesquisar sobre a inserção desses estudantes na universidade. Entretanto, optamos, neste primeiro momento, por trabalhar apenas com as mulheres negras quilombolas, considerando a expressividade do número delas no Campus. Assim, desenvolvemos, no período de 2017 a 2020, um trabalho de iniciação científica sobre essa temática, a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com oito estudantes negras, cotistas quilombolas do Departamento de Educação Campus XII da Uneb, sendo 04 do curso de Pedagogia, 03 de Enfermagem e 01 de Educação Física, com faixa etária que varia de 18 a 31 anos. Dessas oito jovens apenas duas conseguiram entrar na universidade na primeira vez em que prestou vestibular, por meio do sistema de cotas para quilombolas. As demais tentaram de duas a mais vezes para conseguirem entrar na universidade, também, pelo sistema de cotas. Essas jovens, no decorrer do texto, são identificadas com as letras “jmnq” – jovens mulheres negras quilombolas – e acrescido de um número de 1 a 8.

Na condição de estudante e docente da universidade pública, consideramos fundamental que esta instituição construa instrumentos de escutas do seu público para conhecer como vem se dando as práticas educativas no contexto universitário. Assim,

entendemos que as discussões construídas neste estudo assumem um papel significativo para o entendimento e o aprofundamento teórico acerca das políticas de cotas para quilombolas, principalmente na perspectiva do acesso ao ensino superior e do trabalho pedagógico realizado a partir das práticas educativas universitárias.

Portanto, neste texto esboçaremos uma reflexão sobre as mulheres negras na interseccionalidade com a discussão de gênero e a luta por políticas públicas, bem como algumas considerações sobre o ensino superior e as políticas de cotas no Brasil. Na sequência, é feita uma discussão a partir das narrativas das jovens da pesquisa, enfatizando o estar na universidade, marcando a (in)visibilidade e a representatividade. Em seguida, refletiremos sobre o trato pedagógico das questões étnico-raciais pelos docentes do Campus XII da Uneb a partir das percepções das jovens e, por fim, as considerações finais.

Mulheres negras, discriminações de raça e gênero: uma luta por políticas públicas

O Brasil é um país da exclusão desde a sua estruturação inicial até os dias de hoje. Novaes (2006) aponta que a desigualdade que mais acomete os jovens se remete à classe social, tendo relação direta com a escola e o trabalho e que o recorte de gênero e raça contribui para essa desigualdade, sendo as mulheres negras e pobres as que mais sofrem exclusão social.

Ao analisar a história do Brasil, identifica-se, que os direitos da população negra por muito tempo foram negados e, portanto, foram muitas as lutas, principalmente por parte do Movimento Negro, que teve papel fundamental para que o Quilombo fosse introduzido na Constituição Federal de 1988¹. Para Bastos (2018), as comunidades quilombolas, ao longo do tempo e em decorrência das diferentes origens de formação, registraram diferentes nomenclaturas, mas o termo quilombo assume novos sentidos ao longo da história, deixando de ser associado apenas à ideia de fuga, esconderijo, passando a ganhar significação como fortalecimento da luta e da resistência.

O autor Marques (2009, p. 345) afirma que a ressignificação do termo quilombo “possibilitou aos grupos que se autodenominam como remanescente de quilombo ou quilombola uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direitos”. Esse cenário de participação política foi e é de extrema importância para o processo de construção identitária, como na elaboração e efetivação de políticas públicas que visem

atender aos anseios dessas comunidades, que vêm, há muito tempo, lutando para garantir que seus direitos não sejam usurpados pelo poder público.

Para Malta e Oliveira (2016), o racismo e o machismo são fatores que impulsionam grande parte da população negra à pobreza e ao não acesso à educação formal, contribuindo para a exclusão e opressão de mulheres negras, pois, desde o período colonial, meninas e mulheres negras eram designadas para o trabalho doméstico.

Para Silva (2013, p. 109),

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivenciada pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

Apesar de terem muitos dos seus direitos negados, as mulheres negras buscam formas de resistirⁱⁱ, principalmente às condições sub-humanas a que, por muito tempo, foram submetidas. Nos dias atuais, elas ainda sofrem graves conseqüências por conta desse passado, o que interfere na inserção dessas mulheres na sociedade. Desse modo, fazem-se necessárias discussões a respeito do tema e que se exija a efetivação do direito à participação das mulheres negras na vida social, política, cultural, econômica e educacional da sociedade, para que possamos gozar da igualdade de gênero e raça.

No entendimento de Domingues (2007), somente a partir de 1889 que intelectuais negros iniciaram uma luta em prol dos direitos da população negra, principalmente em relação ao direito à educação. Com o surgimento dos primeiros grupos do Movimento Negro brasileiro, na década de 1930, teve-se início a uma intensa luta e reivindicações, a fim de garantir os seus direitos que, há muito tempo, vinham sendo negados. Foram muitos anos de luta, entre avanços e retrocessos.

De acordo com Guimarães (2012), o racismo estrutura e determina um conjunto considerável das relações sociais brasileiras, pois, historicamente, a população negra tem sido exposta a todo tipo de violações de direitos decorrentes do racismo estrutural que define as condições de vida e as oportunidades a que esse segmento social terá direito. Para Santos (2009), é por meio de uma educação antirracista que se pode promover a igualdade das relações sociais, a consciência política e o respeito às diferenças.

No cotidiano escolar, a educação antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra. (CAVALLEIRO, 2001, p. 150).

Compreende-se como educação antirracista aquela que se fundamentem em referenciais, diretrizes, princípios e bases epistemológicas que conduzam “à reeducação das relações étnico-raciais por meio da valorização da história e da cultura dos afrobrasileiros e dos africanos” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.32) e, que possa promover a reescrita das histórias do povo negro.

Destacam-se ao debate da educação antirracista e das políticas públicas, as ações afirmativas de acesso e permanência de negros e negras ao ensino superior. Entendemos que por meio delas, tem-se avançado na desconstrução de algumas “verdades absolutas”, a exemplo do mito da democracia racial. Segundo Santos (2009), o mito da democracia racial está começando a ser desconstruído pela consciência negra e por todos os brasileiros, que estão conhecendo a história do país sob a ótica da resistência e da contribuição intelectual dos negros brasileiros. Nesse sentido, é necessário reconhecer o lugar da mulher negra na universidade, na ciência, na política, nos processos de gestão das empresas, enfim, ressignificar o conceito de humanidade, pois pessoas negras, especificamente mulheres negras, não têm sido tratadas como seres humanos (RIBEIRO, 2018).

Com as intensas reivindicações do Movimento Negro em prol da educação, foi implementado, em 1996, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394), em seu art. 26, inciso V, que o ensino da História do Brasil deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as de matriz africana, indígena e europeia (BRASIL, 1996). Sendo regulamentado, em 2003, pela Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003). Em 2008, mais uma conquista para os povos negros e indígenas, a aprovação da Lei nº 11.645, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2008).

Sem dúvida, todas essas conquistas são de extrema importância para o legado histórico da população negra, pois, a partir daí, a história também pode ser contada e

compartilhada mediante a visão dos negros e indígenas, mostrando suas contribuições na formação da sociedade e todas as formas de opressão e discriminação em que foram e são submetidos. Todavia, não basta aprovação de legislações, é necessário muito mais, é preciso materialização da lei na vida cotidiana das pessoas, para que elas se sintam inseridas, protagonistas do processo histórico de constituição da sociedade.

Ensino superior e as políticas de cotas no Brasil: algumas considerações

Conforme Silva e Rodrigues (2012), o ensino superior no Brasil surgiu de forma pouca expressiva e por muitos anos foi destinado apenas à elite, que possuía melhores condições econômicas. Mesmo com o surgimento das primeiras universidades públicas, o acesso ao ensino superior permaneceu por muitos anos sendo privilégio da classe abastada economicamente. Rocha (1996) ressalta que, para prevenir e reduzir o aumento das desigualdades sociais, econômicas e educacionais, é necessário pensar em políticas públicas, medidas estatais temporárias – tomadas ou determinadas pelo Estado.

As primeiras universidades brasileiras a adotarem o sistema de cotas em seus processos seletivos foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em 2000, para alunos de escola pública e, em 2001, para negros. Desde então, grande parte das instituições públicas de ensino superior aderiu às cotas por iniciativa própria (IPEA, 2009). Dentre elas, está a Uneb, que aderiu às cotas em 2002, com a aprovação pelos seus conselhos superiores. Em 2003, a Uneb já adotou as cotas em seu vestibular, estabelecendo cota mínima de 40% para afrodescendentes, oriundos de escola pública, nos cursos de graduação e pós-graduação.

Em 2012, foi sancionada a Lei Federal nº 12.711/2012, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Lei nº 180/2008, o qual cria política de Ação Afirmativa nas Instituições Federais de Ensino Superior (FERREIRA, 2013). A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas para curso e turno em todas as universidades federais e institutos federais de ensino superior, destinados aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Para Dourado (2013), a Lei de Cotas traz um impacto inclusivo nas instituições de ensino superior, dando um passo importante para a democratização das políticas públicas de acesso à educação superior. Um avanço significativo no campo das políticas de ação afirmativa, sendo uma medida correlativa e provisória de inclusão social. Vale destacar que

algumas instituições de ensino superior se anteciparam aos poderes públicos, implementando o sistema de cotas nos anos 2000, ou seja, as universidades públicas saíram na frente, exercendo seu papel social de pensar na classe menos favorecida, como foi o caso da Uerj, Uenf, Uneb, mencionadas anteriormente.

Em 2007, com a Resolução nº 468/2007, a Uneb amplia o seu sistema de cotas, destinando 40% para negros e 5% para indígenas. Posteriormente, nos anos de 2009 e 2011, foram realizadas algumas alterações. Em 2018, o Conselho Universitário (Consu/Uneb) publica a Resolução nº 1.139, que aprova o sistema de reserva de vagas para negros e sobrevagas para indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero, marcando um avanço significativo para o sistema de cotas da Uneb, onde outros sujeitos de direitos são reconhecidos pela universidade.

Com a democratização do acesso ao ensino superior e com as medidas adotadas a partir dos anos 2000, muitas universidades públicas aderiram ao sistema de cotas em seus vestibulares no decorrer dos anos, ampliando o acesso da população negra ao ensino superior. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil apontam que estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública, sendo 50,3% em 2018. Entretanto, estão sub-representados, visto que constituem 55,8% da população. Os indicadores educacionais da população negra apresentam melhora entre 2016 e 2018, porém ainda é evidente a desvantagem da população negra em relação à branca, tendo em vista que a taxa de ingresso da população preta ou parda em 2018, no ensino superior, foi de 35,4%, enquanto a branca, 53,2%. O número de estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade, no ensino superior, subiu, entre 2016 e 2018, de 50,5% para 55,6%. Contudo, esse número está muito abaixo da população branca, que tem 78,8% de estudantes com a mesma faixa etária cursando faculdade.

No acaso específico das ações afirmativas para quilombolas, segundo Freitas et al (2021), a Universidade Federal da Bahia (Ufba) foi a primeira a disponibilizar vagas para quilombolas em 2005 e das universidades estaduais, a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) em 2007. Em 2019, 21 instituições de ensino superior no país já adotavam ações afirmativas, sendo 16 federais e 5 estaduais. Esses autores apontam que,

nem todas as universidades públicas que reservam vagas para quilombolas aplicam tal reserva à totalidade dos seus cursos. Para isso pesam obstáculos como a eventual falta de demanda por parte dos quilombolas (em grande parte gerada pelas diversas desigualdades que enfrentam) e mesmo a resistência de certos departamentos de ensino contrários à política (FREITAS et al, 2021, p.23-24).

Nota-se, que mesmo dentro das universidades que adotam ações afirmativas, a resistência está presente, isso significa dizer que, o processo de adoção e implementação dessas ações nas instituições de ensino no Brasil não tem acontecido de forma tranquila, sem conflitos. As políticas implementadas “dependem consideravelmente da abertura dessas instituições à ação política das comunidades quilombolas, e do diálogo com intelectuais e militantes - de dentro e de fora do espaço universitário” (FREITAS et al, 2021, p.22). É um processo que se constrói a cada dia na luta com sujeitos externos e internos à universidade, nos enfrentamentos de natureza diversa, como os destacados pelas jovens quilombolas da pesquisa.

Mulheres negras quilombolas na universidade: da (in)visibilidade à representatividade

Para as participantes da pesquisa, mulher negra quilombola é sinônimo de “resistência e enfrentamento”, como ressaltou Jmnq5. Para Jmnq2, é também sinal “de força, de muita luta e de alta aceitação”. É uma luta em todos os sentidos, como cita Jmnq5, “é como que se as mulheres já têm que lutar uma vez, então, ser quilombola é lutar duas vezes, por conta dessa trajetória, além dos estigmas”. As mulheres negras quilombolas carregam significados diversos, pois têm o peso de serem mulheres, serem negras e quilombolas. São vários enfrentamentos que, cotidianamente, tem que se fazer em uma sociedade classista e preconceituosa. Jmnq8 resalta:

Ser mulher, já é muito desafiador, já é muito desafio em ser mulher, e quando somos mulheres negras é mais desafiador ainda. Sei o quanto outras mulheres, talvez eu não, mas outras mulheres que tem a cor da pele mais pretinha, sofre muito preconceito, por ser quilombola, por ser negra e por ser mulher. Então, é algo muito desafiador, ter que lidar todos os dias com as discriminações raciais, de gênero, regional, tanto dentro do lócus acadêmico quanto fora. Então, a academia é desafiador sim, mas eu vejo a universidade como algo que abre a nossa mente, faz com que nós mulheres nos tornamos empoderadas com as vivências, com os aprendizados dentro da academia.

A Jmnq7 destaca, em sua entrevista, que ser mulher quilombola “é ser ciente dos nossos direitos e, sobretudo, das nossas raízes e da importância cultural na formação da nossa comunidade e identidade negra”. E a Jmnq6 diz que “[...] se aceita como é, que resgata sua identidade e que tem orgulho de si, dentro de sua comunidade ou em qualquer outro espaço”. Para Gomes (2003), a identidade negra é uma construção social, histórica, plural e cultural, enfatizando que construir uma identidade negra positiva é um desafio gigantesco enfrentado pelos negros brasileiros, uma vez que vivemos em uma sociedade que historicamente ensina ao negro que para ser aceito é preciso negar a si mesmo.

Podemos compreender que as jovens mulheres quilombolas da pesquisa têm consciência de suas raízes, buscam resgatar suas culturas, aceitam-se, enfrentam, resistem e representam suas comunidades, suas origens. Nesse processo de aceitação, de resistência, de luta diária e rompimento das barreiras impostas pela sociedade, suas identidades vão sendo re)construídas.

As jovens ressaltam que mulheres negras quilombolas dentro da universidade é sinônimo de representatividade, uma vitória para seu povo. A Jmnq1 destaca que “são poucas as mulheres quilombolas na universidade hoje, a gente sabe disso, estar em uma universidade hoje para mim é uma representatividade da população”. Santos (2020) enfatiza que o ser negro, dentro da universidade, é, antes de tudo, político, pois ocupa um espaço que não foi pensado para a população negra, é estar em um espaço que historicamente não foi idealizado para o/a negro/a.

Nesse sentido, é necessário que aqueles/as pertencentes aos grupos que foram alijados dos seus direitos no processo histórico, ao acessarem a universidade, assumam este espaço como lugar político. Para Jmnq7, “é ter consciência dos direitos e da importância de uma formação acadêmica [...]. É buscar evoluir academicamente e dar retorno das minhas aprendizagens à comunidade que estou inserida”. Conseguimos notar que é uma conquista muito grande tanto para as jovens como para o quilombo, uma vez que é a porta de entrada para que outros jovens adentrem ao ensino superior.

Na opinião de Jmnq3, “o fato de estar aqui pra mim é muito importante, para as outras pessoas verem e eu também poder influenciar, falar não, você pode, você consegue”. Estar na universidade para essas jovens negras é desafiador, mas também é vitória, pois sabem que é preciso vencer as barreiras por mais árduas que sejam para elas,

conseguir alcançar os seus sonhos, romper com os estigmas criados pela sociedade racista e machista. As participantes ressaltam as privações e dificuldades que passam por causa das condições financeiras e por conta de todo o processo histórico “de negação de direitos e de dificuldades, portanto, tem que correr atrás, lutar muito para conseguir estar no mesmo patamar que as outras pessoas, não por falta de capacidade, mas, por falta de oportunidade” (Jmnq5), algo tão visível em uma sociedade desigual.

Não é fácil ter que lutar diariamente para ocupar um espaço que devia ser seu por direito, disputar espaço e ainda ter que provar para as pessoas, o tempo todo, que você é capaz. Então, para essas jovens, mulheres negras quilombolas, estar na universidade pública é romper vários paradigmas ligados ao gênero, à raça e às desigualdades sociais impostas por uma sociedade preconceituosa, desigual e machista.

Questões étnico-raciais no trabalho pedagógico dos docentes do Campus XII/Uneb: realidade e desafios

As narrativas das jovens expressam seus receios em relação à universidade frente aos estigmas que a sociedade impõe, de que lugar de mulher negra não é na universidade, conforme destaca Jmnq4: “quando eu passei no vestibular eu falei, eu não vou ir, porque com certeza lá não tem pessoas de cabelo crespo, lá não tem pessoas que usam tranças, lá não tem pessoas negras”. Os conceitos criados por uma sociedade racista impõem barreiras, limitam acessos, reduzem as oportunidades de muitas pessoas negras. Desse modo, muitas pessoas negras não se aceitam ou acreditam que determinados lugares não são para elas, a exemplo da universidade. Esse pensamento é difundido e fortalecido por ideologias que servem para dar sustentação às construções das estruturas sociais conservadoras e classistas.

Dentro desse contexto, do não reconhecimento de determinados lugares para aqueles grupos sociais que historicamente lhes foram negados, “é importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país” (BRASIL, 2004, p. 15). Com as políticas de ações afirmativas, aos poucos, as universidades têm começado a quebrar certos paradigmas, certas ideologias que serviram para ofuscar direitos e possibilidades de igualdades. Ao chegar à universidade, a Jmnq3 percebe que lá existem “muitas mulheres que usam seu cabelo *black*, que se assumem, então, isso pra mim é muito importante e isso faz com que eu me aceite também”. Esse

encontro de iguais em suas diferenças contribui para o fortalecimento da identidade negra, da luta e da aceitação dos sujeitos com suas características. Quando questionamos as estudantes negras quilombolas se se sentem incluídas na universidade, ressaltaram que sim, pois buscaram fazer parte desse espaço. A Jmnq1 afirmou: “eu corri atrás das coisas, passei a buscar, participar de projetos, participar de eventos [...] eu que busquei me inserir”.

Segundo Gomes (2003, p. 173), “o corpo pode ser considerado como um suporte da identidade negra e o cabelo crespo como um forte ícone identitário”. Desse modo, percebe-se que o cabelo carrega forte marca identitária e, ao ver outras mulheres negras assumindo o cabelo *black*, principalmente no âmbito universitário, as jovens negras começam a se aceitar, gostar do seu cabelo da forma como ele é, sem se deixar levar pelos padrões estéticos que a sociedade impõe como ideais.

Apesar desse “encontro estético” das jovens, as suas narrativas denunciam a falta de representatividade por parte dos seus professores da universidade. Segundo a Jmnq2, “não tem professores negros, pessoas que representam, pessoas que dão o apoio, pessoas negras falando com outras pessoas negras”. Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que apenas 16% dos professores universitários se autodeclararam pretos ou pardos em 2017. Em 2010, esse número era ainda menor, representando apenas 11,5% do corpo docente no ensino superior. Apesar de esse quadro ter sido modificado significativamente nos últimos anos, é nítida a desigualdade existente, considerando que a maior parte da população brasileira é negra e, mesmo assim, quando se refere ao mercado de trabalho, os negros estão em desvantagem.

Segundo Jaccoud (2008, p. 137),

As desigualdades raciais no Brasil configuram-se como um fenômeno complexo, constituindo-se em um enorme desafio para os governos e para a sociedade em geral. Enfrentar as dificuldades que se colocam em face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação, na agenda pública e no espaço de governo, e integrar e ampliar as iniciativas em curso parecem ser, hoje, os grandes desafios no campo das políticas públicas para igualdade racial.

O debate acerca das desigualdades raciais precisa ganhar força em todos os espaços da sociedade. Nesse sentido, a universidade, como espaço de formação política, necessita trazer essa discussão para suas práticas educativas. Assim, indagamos as jovens pesquisadas como tem se dado as reflexões sobre as questões étnico-raciais no Campus XII. As jovens

Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas

estudantes do curso de Pedagogia frisaram que, na disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, são trabalhadas as questões sobre os/as quilombolas. Seguem falas nesse sentido:

No meu curso de pedagogia, a gente percebe nas discussões dentro da sala de aula são levantadas essas questões [...] dentro do curso de pedagogia ela permeia as discussões, dentro dos eventos que a universidade se envolve, tem grupos de estudo, então eu acredito que dá uma pincelada, mas discute.

Na universidade em si na disciplina específica de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, ela discute todas as especificidades que é o quilombo, desde a formação, de reconhecimento, de titulação, das práticas sociais que acontecem dentro dos quilombos e tal (Jmnq5, 2020).

Somente na disciplina, eu só ouvir falar desse termo na disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena que cursei, a primeira vez que eu ouvir falar dentro da universidade [...]. Ainda a muito a ser construído, muitas coisas podem ser melhoradas, serem incluídas para isso, primeiro que só tem uma professora que discute isso, agora tem mais uma que chegou, também, são discutidos só nas aulas, mesmo que fale de democracia, essas coisas assim, da inclusão, mas acaba discutindo de forma rotineira na disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Jmnq1, 2019).

Nesse mesmo raciocínio sobre a prática docente relacionada às questões raciais, a Jmnq2, estudante do curso de Enfermagem, ressalta que até aquele momento nenhum professor tinha trabalhado em sala de aula e enfatiza que “o nosso curso é muito mecânico, até sinto um pouco de falta de falar da sociedade, do convívio”. Corroborando com essa posição, a Jmnq3 salienta que, “em relação a professores mesmo, essas questões raciais não são muito bem trabalhadas, talvez pelo fato da gente não ter professores negros, né, eu pelo menos no curso de Enfermagem até o momento não tive nenhum professor negro”.

Nesse mesmo sentido, a Jmnq4, estudante do mesmo curso, também evidencia que “nenhum docente nunca trabalhou essa questão do racismo em sala de aula”. As narrativas das jovens reafirmam o fato da desigualdade e da falta de oportunidade existentes na sociedade desigual e demonstram que a universidade não é lugar para todos, seja na condição de professores, seja na condição de estudantes. Fica aqui evidente uma questão estrutural, o silêncio de sujeitos que tiveram suas vozes sufocadas no processo colonizador em múltiplas dimensões da constituição humana, que precisa ser questionado os seus fundamentos, na perspectiva de construir novas epistemologias e práticas capazes de promover as transformações na forma de pensar e do fazer docente.

Já a Jmnq6, estudante do curso de Educação Física, destaca que, “por enquanto, ainda não tive nenhuma disciplina que estuda sobre as questões raciais, mas já teve oficinas lá de quando eu estou estudando [...]”. Percebe-se que, no curso de Pedagogia, talvez, por ter a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e grupo de estudos sobre a temática em voga, a discussão sobre as questões étnico-raciais é mais presente. Convém destacar que, ao acessar os dados dos projetos cadastrados no Sistema Integrado de Planejamento do Campus XII/Uneb referente aos anos de 2019 e 2020, percebemos que não há registro de projetos sobre a temática racial no curso de Enfermagem, sendo um quantitativo mais expressivo de projetos cadastrados no curso de Pedagogia. Isso reforça as falas das jovens do curso de Enfermagem e de Pedagogia no tocante ao trabalho com a temática étnico-racial.

Nessa reflexão sobre as desigualdades raciais e o trato pedagógico com as questões raciais em sala de aula, questionamos as jovens da pesquisa de que forma a universidade pode contribuir para melhorar o processo de inclusão efetiva da população negra na universidade. A Jmnq1 destaca: “as outras disciplinas podem abordar sobre, os professores eles podem procurar participar mais também, junto com os alunos para evitar que ações racistas ocorram dentro da universidade”. As jovens do curso de Licenciatura em Pedagogia disseram que, além da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, devia ter no currículo do curso

Mais disciplinas, tipo, em cada semestre ter uma que realce não só para quilombolas, mas negros, todas essas classes, e mais eventos, palestras, oficinas, mas não só no mês de novembro que é dia da consciência negra, mas durante todo o ano, que assim os preconceituosos da universidade iriam quebrando um pouco o tabu (Jmnq6).

A fala da jovem faz um chamamento para os cursos do Campus XII da Uneb e demais universidades, demarcando a necessidade de formação universitária que possibilite a construção de epistemologias e atividades educativas mais inclusivas, pois, o fato de possibilitar o acesso, não significa a inclusão em sua plenitude. No caso da Uneb, em particular, tem-se buscado formas de permitir o acesso a todas as diversidades possíveis (indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero), como foi mencionado anteriormente a partir da Resolução nº 1.139/2018, mas, no aspecto do trabalho pedagógico, ainda é

Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas

insuficiente, necessitando de um trabalho efetivo, transformando, de fato, a universidade mais plural e participativa.

Embora a Jmnq2 do curso de Enfermagem ressalte que: “vejo o empenho de vários outros cursos, inclusive o curso de Pedagogia, que sempre está fazendo reuniões, Educação Física também. Eu gosto muito”, as jovens da pesquisa também destacaram que as discussões acerca da temática racial, no contexto do Campus XII da Uneb, têm acontecido, em sua maioria, protagonizadas pelos discentes no decorrer dos semestres, enfatizando que há alguns estudantes negros bem engajados na luta racial e buscam sempre trazer informações para os demais jovens, com discussões e reflexões pertinentes.

A Jmnq8 traz a seguinte ênfase:

A universidade de certa forma nos torna seres mais críticos, reflexivos, que nos prepara para enfrentar diversas discriminações, preconceitos, machismo, racismo e nos faz enfrentar, ter coragem e ir à frente. Eu acredito que todas as vivências, todos os momentos de eventos, de grupo de estudos, isso é de grande valia para a formação pessoal e acadêmica ne. Então, eu acredito que sim, que a universidade nos torna diferente, no sentido de ser mais pensante, ser mais empoderada, e querer mudança, entender o nosso lugar, entender que a gente pode sair das margens né, enquanto mulher negra e tomar o espaço do centro também. Importante frisar que a universidade e muitos outros espaços não foi pensado para a mulher, ainda mais a mulher negra, pobre, quilombola, então, tomar esse espaço, entrar nesse espaço é um desafio muito grande, ocupar um espaço que não foi pensando para nós, é muito grande, então obvio que vamos ter muitos desafios, vamos ter que enfrentar muitas coisas, muitos dilemas, mas ainda sim a vontade, a força de vontade a garra nos fazem chegar aonde a gente quer, no nosso objetivo principal, nunca vai ser fácil, não tem que ser fácil, mas nos encoraja a não desistir jamais. Então, eu acredito que todas as vivências, todas as minhas professoras, os meus docentes ne, me fez enxergar quem eu realmente queria ser, onde eu queria chegar e isso me fez não desistir, independente das lutas, dos acontecimentos, dos desânimos no meio do caminho.

Diante desse cenário, questionamos as jovens de que forma a universidade contribui para a construção da identidade negra. A fala da Jmnq3 é bastante expressiva, demonstrando a ressonância do trabalho formativo da universidade, como podemos constatar nas seguintes falas:

Eu posso falar que a universidade sim, porque a gente tem alunos aqui, principalmente a Barbara que é de Educação Física, que ela é um membro assim muito importante, eu fico, têm vários, tem ela e têm vários outros discentes que falam muito bem em relação a isso, em relação a cotas, em relação a racismo, então, é tipo assim, eu não posso dizer que foi a universidade, mas eu acredito que esse conhecimento que elas têm, que elas passam pra gente foi diante de estudos, foi diante dos professores, foi diante de sala de aula, então, eu acho que dessa forma, né, a nossa universidade forma

bem os nossos discentes, que conseguem passar essas informações pra nós, pra nós novos aqui (Jmnq3, 2020).

A universidade abre um leque de conhecimento, então, até o fato de reconhecer a nossa identidade, eu acredito que para mim foi a universidade que me fez entender muitas questões, até as questões de reconhecer como quilombola, entender a minha identidade de negra ne, a minha forma de ser, de agir, de pensar, então, tudo isso são raízes né (Jmnq8, 2020).

As narrativas das jovens (re)afirmam o papel da universidade, o lugar dessa instituição na formação política dos indivíduos, como essa formação contribui no processo de reconhecimento da identidade, quando ela acontece de forma efetiva, respeitando os diferentes saberes e culturas. Portanto, é fundamental oportunizar espaços de debates, de reflexões sobre as diferentes formas de perceber o mundo e como as relações de poder se dão no contexto da sociedade.

Diante do que foi exposto pelas jovens acerca do trabalho docente em relação às questões étnico-raciais, é fundamental que haja mais discussões, vivências educativas que contemplem os diferentes sujeitos, sejam por meio dos componentes curriculares dos cursos, sejam mediante os eventos, projetos de ensino, assim como extensão e pesquisa de todos os cursos do Campus XII/Uneb. Faz-se necessário também que as experiências formativas que discutem as questões étnico-raciais não aconteçam apenas no mês da consciência negra, é indispensável que haja constância e interdisciplinaridade do tema nos eventos, nos componentes curriculares, de modo que possa mobilizar docentes, discentes e demais servidores dos cursos do Campus XII, bem como pessoas das comunidades locais. Vale ressaltar que as provocações das jovens ultrapassam os muros da universidade, como podemos perceber na fala da Jmnq5:

O Campus XII deve levar projetos da universidade para desenvolver na educação básica das cidades que têm estudantes inseridos na universidade [...] e no próprio quilombo, pois são estigmatizados, nem sabem o que é a universidade [...] precisa dessa articulação, pra ela não ficar tão estanque, tão distante da realidade.

Nesse sentido, expressa a Jmnq4:

Na minha comunidade mesmo, eu lembro que foi uma docente daqui do Campus um dia fazer uma palestra. Eu não tinha tanto conhecimento disso, eu não tinha conhecimento de cotas, essas coisas e foi com ela que eu aprendi. A palestra dela foi de extrema importância, porque ela deu uma pincelada, assim, em todos os direitos que a gente tinha em questão da universidade, porque lá, eles vão sim em busca de direitos, mas na questão de coisas pra associação mesmo, coisas pra comunidade e pros jovens, os jovens não tinham muito conhecimento de entrar na universidade e

Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas

tudo mais e aí com essa pincelada que ela deu e tudo mais eu aprendi muito com ela, depois eu sentei com ela pra perguntar algumas coisas. Então, foi daí que eu tive mais aquele estímulo, e falei: Nossa! Eu vou entrar, eu quero entrar, eu tenho direito, eu vou entrar. Então, creio que palestras né, porque também de uma forma ou de outra, tem muitos quilombolas que não sabem que têm as cotas pra negros, pra quilombolas, que é de direito dele entrar na universidade, eu creio que palestras né, algo do tipo.

As falas das jovens sinalizam vários desafios e demandas para a universidade. Por outro lado, reafirmam a importância do trabalho desenvolvido pela universidade, pois, às vezes, uma palestra tem um significado enorme para a juventude que é tão desassistida em suas comunidades, principalmente no meio rural, em que as políticas públicas para esse segmento da sociedade são mais escassas.

Enfim, o que se observa, a partir das narrativas das jovens negras quilombolas estudantes dos cursos de Pedagogia, Educação Física e Enfermagem do Campus XII da Uneb, é que, em certa medida, o trabalho pedagógico de alguns professores tem ganhado repercussão no contexto da universidade, e fora dela, mas necessita de envolvimento de outros sujeitos (professores, estudantes e demais servidores) para mobilizar mais pessoas.

Além disso, segundo as participantes da pesquisa, os programas de assistências estudantis são fundamentais para a permanência dos/das cotistas na universidade. Assim, a discussão sobre as questões étnico-raciais e desigualdade racial, no âmbito da universidade e da sociedade de modo geral, é “condição fundamental no contexto contemporâneo. Romper a invisibilidade e destituir padrões historicamente construídos demandam reflexões, trocas de experiências e análises críticas” (LACERDA JÚNIOR, 2021, p. 13), de modo que possam avançar na implementação de políticas públicas que garantam a igualdade de raça, gênero e a promoção social.

Considerações finais

As reflexões em torno da inserção das/dos jovens negras/os quilombolas no ensino superior necessitam ser ampliadas no contexto do Campus XII da Uneb, bem como da sociedade em geral. No caso das jovens da pesquisa, estar na universidade é sinônimo de resistência, representatividade e visibilidade, pois são muitas as lutas e cada conquista tem significado singular para elas.

As jovens demonstraram ter consciência da importância das políticas de cotas para o acesso ao ensino superior, assim como das políticas que possibilitem a permanência dos/das cotistas nas universidades. Para elas, estar no espaço acadêmico é muito representativo e

tem contribuído para o empoderamento e a construção das identidades de jovens mulheres negras quilombolas. No entanto, é preciso que se abram portas para conhecer as diversas culturas e que se tencionem as epistemologias coloniais que, no processo histórico, difundiram discursos e práticas colonizadoras e preconceituosas, inclusive no contexto universitário.

Dentre os apontamentos destacados neste texto, podemos ressaltar que, apesar da Uneb ser uma das pioneiras a aderir ao sistema de cotas em seus vestibulares, fica evidente que ainda há muito que se (des)construir para que jovens negras(os) quilombolas sejam de fato inseridas/os e incluídas/os no mundo acadêmico. Se, por um lado, as ações afirmativas são vistas como conquistas importantes para a reparação das desigualdades sociais, por outro, apresentam desafios à universidade que ultrapassam as questões curriculares. Desse modo, é preciso reafirmar a necessidade do aprofundamento e da ampliação do debate em relação às questões étnico-raciais no âmbito universitário, possibilitando, assim, que esse ambiente tão plural seja de fato inclusivo e viabilize a permanência dos/as jovens, dando-os/as visibilidade e garantindo direitos.

Referências

BASTOS, Luciete de Cássia Souza Lima. Protagonismo da infância nos saberes e fazeres do quilombo Samambaia, Caetité/BA, Brasil. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 26, p. 172-201, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 20 de novembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília, DF, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói/RJ, n. 23, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. Cotas: desafios, acesso e permanência. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, v. 115, p. 24-24, 2013.

FERREIRA, Renato. A polêmica das Cotas nas Instituições Federais de Ensino. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, v. 115, p. 23-24, 2013.

FREITAS, et al. **Políticas de Ação Afirmativa para quilombolas nas universidades públicas brasileiras (2019)**. Levantamento – Quilombola (Gema), 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./fev. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modo, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 de ago 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do Censo da Educação Superior 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Ministério do planejamento: Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p. 135 -170.

LACERDA JÚNIOR, José Cavalcante. Educação das relações ético-raciais na formação em Pedagogia. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021, p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/index>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, 1º sem. 2016. Disponível em

<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MARQUES, Carlos Eduardo. De quilombos a quilombolas: sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**. São Paulo. USP, v. 52, n. 1, p. 339-367, 2009.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105-120.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: v. 26, n.01, p.15-40, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Schucarcz S.A., 2018.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. Ação Afirmativa: o Conteúdo Democrático do Princípio da Igualdade. Brasília: **Revista de Informação**, n. 131, p. 283-295, jul./set., 1996.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Wellington Benevides. **(Re) pensando a estética universitária: o não lugar do negro acadêmico frente ao racismo institucional**. Maringá-PR: Eniedusul, 2020, p. 118 a 128.

SILVA, Lázara Cristina da; RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Acesso ao ensino superior: os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiência**. 2012. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC05.pdf>. Acesso em: 7 set. 2018.

SILVA, Tatian Dias. **Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda**. Brasília: Ipea, 2013, p. 109 a 131.

UNEB. **Resolução nº 468/2017**. Amplia o sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia. Salvador, BA, 2017.

UNEB. **Resolução nº 1.139/2018**. Aprova o sistema de reserva de vagas para negros, e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero. Salvador, BA, 2018.

Notas

ⁱ A Constituição Federal de 1988, no artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias traz um novo entendimento para o termo quilombo, em que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

ⁱⁱ Pode-se citar como formas de resistências das mulheres negras, a criação do Movimento de Mulheres Negras, que, a partir da década de 1980, juntamente com o Movimento Negro e outros movimentos sociais têm promovidos vários protestos, campanhas, colocando a questão racial como ponto de debate, denunciando segregações, discriminações, opressões e reivindicando a garantia de direitos e a implementação de políticas públicas para a população negra. As mulheres negras inseridas nas organizações sociais em prol da promoção e igualdade racial têm buscado articular gênero, raça e classe social para a compreensão dos problemas estruturantes que as afetam.

Sobre os autores

Taís Gabriela de Souza Fogaça

Licenciatura em Pedagogia pelo Departamento de Educação – Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Atua no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Linha de pesquisa: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais (Uneb). *E-mail:* tais.gabrielacba36@gmail.com. *Orcid:* <https://orcid.org/0000-0003-1587-6091>

Domingos Rodrigues da Trindade

Doutor e mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor titular do Departamento de Educação – Campus XII/Uneb. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Linha de pesquisa: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais (Uneb) e do Grupo de Pesquisa Educação do Campo: trabalho, contra-hegemonia e emancipação humana (Uneb). Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Educação do Campo. *E-mail:* dtrindade@uneb.br. *Orcid:* <https://orcid.org/0000-0002-0836-9051>

Recebido em: 03/09/2021

Aceito para publicação em: 06/10/2021